

VISÃO DO EDITOR

A TORCIDA PELO PIOR

Desta vez, ao contrário de quando era ministro da Fazenda, o presidente da República não conseguiu segurar a economia "no gogó". Em 1993-94, a crise era apenas brasileira, o sistema bancário da Ásia não estava caindo aos pedaços; a economia dos Estados Unidos não apresentava sinais de superaquecimento; as ações não estavam supervalorizadas e a América Latina não estava pendurada numa taxa de câmbio irreal. Naquela época, o então ministro Fernando Henrique Cardoso encarnava a esperança de redenção e podia se valer apenas dos seus dotes de oratória e de sedução

para acalmar o mercado.

Na semana passada, escaldado pelo aumento da taxa de juros interna, apavorado pela terceira onda de pânico global em duas semanas, e na expectativa de novas medidas de arrocho, o mercado exigiu fatos. Resultado: depois de ensaiarem uma recuperação no início da semana, as bolsas tornaram a cair a partir da quarta-feira e fecharam na sexta anunciando novamente o fim do mundo.

O presidente da República foi ao rádio pedir ao povo que não compre a prazo, o que equivale a anunciar uma recessão. Pedir às pessoas que adiem seu sonho de consumo, às vésperas do Natal,

e a menos de um ano das eleições, é um encargo político pesado. Mas, aparentemente, nada afeta o prestígio do presidente nem o apoio que lhe devota a mídia. (Pode-se traçar um paralelismo entre a economia e a política no Brasil de hoje: assim como as bolsas se descolam da economia real, e colapsam quando as coisas pareciam melhorar, a política também parece fazer pouco dos fatos.)

É cedo para falar em recessão, mas ela virá, se os juros não caírem a curto prazo; ou, pior, se o governo for obrigado a puxar as taxas mais uma vez. Os primeiros sinais já foram emitidos: demissões e férias coletivas na indústria paulista, descontos na compra do carro popular para desovar estoques.

De qualquer forma, o estrago dos juros já está feito. A duplicação da aposta no Plano Real jo-

gou por terra o esforço de alongamento dos prazos da dívida pública, diligentemente empreendido pelo Tesouro e pelo Banco Central nos dois primeiros anos de estabilidade.

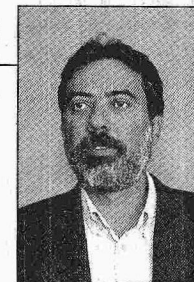
Sem poder prever qual será a taxa de juros nos próximos meses, o mercado se recusou a comprar promissórias da Viúva. O Tesouro jogou a toalha e reduziu o prazo. A previsibilidade, uma das conquistas do Real, foi para o espaço juntamente com os juros.

Fernando Henrique prometeu tomar as medidas mais duras, à custa até da própria reeleição, para defender a estabilidade da moeda. O País aguarda com um

O PAÍS AGUARDA COM UM MISTO DE ANSIEDADE E DESCRENÇA NOVAS MEDIDAS PARA DETER A CRISE. A ESPERANÇA, QUEM DIRIA, É QUE SEJAM DURAS

misto de ansiedade e descrença o pacote que será anunciado amanhã. A torcida, por paradoxal que pareça, é que sejam realmente duras, na combinação de corte de gastos e aumento de receita. Ou seja, se tudo der certo, estaremos no pior dos mundos.

O temor é que o pacote, por mais amargo que seja, não consiga compensar o efeito da maldade já feita. Do lado da receita, por exigência constitucional, qualquer aumento de impostos terá de esperar pelo próximo ano para entrar em vigor. No caso das contribuições, o calendário gregoriano torna a espera ainda maior: três meses. Com a mais alta carga



tributária da História em plena vigência, um aumento de impostos agora pode ser com-

bustível para mais recessão, e pode ter o efeito inverso — o de reduzir a arrecadação ao invés de aumentá-la.

São esperadas medidas para incentivar as exportações, que já têm um incentivo imediato no encolhimento do mercado interno. Mas, assim como acontece na área fiscal, nada que possa alterar radicalmente o quadro. Além disso, tudo o que o governo pode fazer é rezar para que um novo surto de pânico ou um ataque para valer à moeda não se repita. Os mais recentes sinais na direção contrária já têm endereço conhecido. Vêm da Coreia e, agora muito mais inquietantes, do Japão.